

Márcio Moreira Alves

■ DE BRASÍLIA



União debaixo de fogo

Muitos dos erros cometidos pelo Governo ao longo destes três meses são o resultado das divisões internas da equipe econômica. A célebre trapalhada ocorrida quando do primeiro anúncio de bandas cambiais é típica. A decisão de estabelecer uma banda imediatamente e outra a partir de maio, mais alta, complicação que provocou um ataque contra o real, não tinha pai nem mãe. Foi uma decisão centauro, metade gente, metade cavalo. Havia um grupo que não queria mexer em nada. Pedro Malan e Gustavo Franco estavam nessa trincheira. Outro, liderado pelo ministro do Planejamento, José Serra, e contando com o apoio de Pêrsio Arida, queria fazer uma desvalorização maior, levando o real à paridade ou a um ponto próximo da paridade com o dólar. Quando o plano foi lançado, era esse o entendimento da população: um real é igual a um dólar. Acabou saindo um monstrengo complicado, filho de jacaré com cobra d'água.

A decisão de dar uma paulada violenta e definitiva na importação de automóveis, videocassetes, geladeiras e outros bens duráveis não essenciais foi unânime e todos os membros da equipe a defendem. Uniram-se debaixo do fogo dos déficits comerciais. Começaram, inclusive, a ocupar espaços de mídia, numa tentativa de repetir o trabalho do ministro Ricupero. José Roberto Mendonça de Barros, secretário de Política Econômica, estava às sete da manhã, meio tresnoitado, no "Bom Dia Brasil", ao qual Malan comparecera na véspera. O próprio Malan tratou de dar explicações através de uma rede de rádio e TV. No entanto, a decisão passou por uma intensa discussão interna das alternativas possíveis.

Para entender a cabeça dos membros da equipe econômica é preciso se ter em conta que são todos estudiosos da história econômica da República. Gustavo Franco, por exemplo, é autor de um ensaio sobre a política econômica da primeira década republicana, marcada pelo fracasso das iniciativas modernizadoras dos ministros da Fazenda, Rui Barbosa e Serzedêlo Corrêa, pela inflação de papel-moeda, pela quebra da bolsa de valores e a falência do Banco do Brasil. Talvez por ter estudado tantas catástrofes, Gustavo se incluía entre os admiradores de Campos Salles e de seu ministro

Joaquim Murinho.

Em relação à contenção das importações, uma hipótese discutida foi a da criação de quotas, que limitassem o volume das mercadorias, seguidas de leilões de câmbio, o que deixaria livres os preços. Foi o modelo adotado com êxito por Oswaldo Aranha em outubro de 1953, através da célebre Instrução 70, da Superintendência de Moeda e Crédito (Sumoc). Foi afastado por facilitar a especulação.

— O aparecimento dos déficits na balança comercial — diz Pêrsio Arida — nos impunha uma escolha entre fazer um ajuste que atingisse todas as importações, inclusive as de matérias-primas e bens de capital, e um que atingisse apenas os bens finais. A importação de matérias-primas e máquinas é positiva, porque aumenta a oferta de mercadorias no mercado interno, o que contribui para segurar a inflação e expandir o emprego. Esta a razão de termos preferido dar logo uma paulada nas importações de mercadorias supérfluas, cujo preço não altera os índices de inflação. O aumento, tendo sido violento, atingiu um patamar de alíquotas do qual só pode cair.

Os gestores da economia reconhecem os malefícios das regras em ziguezague, mas a sua preocupação fundamental é com o Plano Real. Versados como são em citações americanas, sacaram do baú uma observação do general MacArthur, herói da guerra no Pacífico: "Na guerra, não há substituto para a vitória."

A reação dos políticos foi positiva e, em alguns casos, entusiasmada. O deputado Francisco Dornelles, líder do PPR e ex-ministro da Fazenda, acha que se salvou o Plano Real. Chega a comparar a reviravolta com a possível mudança no Plano Cruzado, recomendada a José Sarney e Dilson Funaro na famosa reunião de avaliação realizada em Carajás. Naquela época, as correções não foram feitas e o Cruzado fracassou.

Apesar dos aplausos, os economistas do Congresso juntam-se aos da equipe econômica e das universidades para achar que nada está garantido se não houver um ajuste fiscal e uma reforma tributária. A reforma tributária sequer foi proposta pelo Governo, porque os ministros Malan e Serra têm, sobre ela, opiniões divergentes.